

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.589.974 - RJ (2019/0288190-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**
ADVOGADOS : **JAYME SOARES DA ROCHA FILHO E OUTRO(S) - RJ081852**
 LEONARDO BRUNO BRIZZANTE CUPELLO - RJ100439
 LUANNA BARONE GIGLIO CORDEIRO - RJ174799
AGRAVADO : **LUIZ DE SOUZA AGUIAR**
ADVOGADO : **SHEILA PATRÍCIO DA COSTA E OUTRO(S) - RJ168323**

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto por COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE contra decisão que inadmitiu recurso especial por aplicação da Súmula n. 7 do STJ (e-STJ fls. 389/393).

Apontou a ora agravante contrariedade aos arts. 543-C do CPC/1973, 3º da Lei n. 11.445/2007 e ao Decreto n. 7.217/2010, argumentando ser devida a tarifa integral do serviço de esgotamento sanitário, ainda que não haja o tratamento total dos resíduos antes de seu despejo.

Alegou, além de dissídio jurisprudencial, dissonância entre o entendimento proferido pelo Tribunal de origem e o que foi decidido pelo STJ no julgamento do Recurso Especial repetitivo – Tema n. 565 –, no sentido de ser lícita e devida a cobrança de tarifa do serviço de esgotamento sanitário independentemente do tratamento total dos resíduos antes de seu despejo.

Assim, discute-se, no caso, se é possível, em tese e à luz das normas de direito público, a cobrança de tarifa de esgoto, na hipótese em que o serviço não é prestado totalmente.

A matéria se insere na competência das Turmas integrantes da Primeira Seção, por versar sobre a legalidade da "tarifa de esgoto" cobrada pela CEDAE.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL CONTRA DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DESTA EGRÉGIA CORTE SUPERIOR. TARIFA DE ESGOTO. O TRIBUNAL DE ORIGEM CONSTATOU A AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE QUALQUER DAS ETAPAS DO SERVIÇO. INVERSÃO DO JULGADO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. AGRAVO INTERNO DA CONCESSIONÁRIA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Nos termos do que decidido pelo Plenário do STJ, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo 2).

2. Conquanto esta Corte Superior tenha firmado o entendimento, no REsp. 1.339.313/RJ, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 21.10.2013 (Tema 565), de ser cabível a cobrança integral da tarifa de esgoto, ainda que prestado apenas parcialmente o serviço, tal orientação não se aplica ao presente caso.

3. Isso porque o Tribunal de origem constatou que não foi comprovada pela

Concessionária a prestação de qualquer etapa do serviço, o que afasta a similitude fática em relação ao acórdão paradigma - que assentou ser possível a cobrança da tarifa de esgoto quando não realizado o tratamento dos efluentes, mas pelo menos a sua coleta e transporte. Assim, entendimento diverso, conforme pretendido, implicaria o reexame do contexto fático-probatório do autos, inviável nesta instância.

4. Agravo Interno da Concessionária a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.788.066/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/9/2019, DJe 30/9/2019.)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. SUSPEIÇÃO POR MOTIVO DE FORO ÍNTIMO. DECLARAÇÃO SUPERVENIENTE. INEXISTÊNCIA DE EFEITOS RETROATIVOS. ESGOTO. PRESTAÇÃO PARCIAL DE SERVIÇOS. INEXISTÊNCIA DE REDE DE TRATAMENTO. TARIFA. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA. TEMA JULGADO PELO RITO DO ART. 543-C DO CPC (RECURSOS REPETITIVOS). RESP N. 1.339.313/RJ.

1. A declaração pelo magistrado de suspeição por motivo superveniente não tem efeitos retroativos, não importando em nulidade dos atos processuais praticados em momento anterior ao fato ensejador da suspeição.

2. "À luz do disposto no art. 3º da Lei 11.445/2007 e no art. 9º do Decreto regulamentador 7.217/2010, justifica-se a cobrança da tarifa de esgoto quando a concessionária realiza a coleta, transporte e escoamento dos dejetos, ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue." (REsp 1339313/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/06/2013, DJe 21/10/2013)

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 763.510/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 5/11/2015.)

Em face do exposto, determino a remessa dos autos à Coordenadoria de Análise e Classificação de Temas Jurídicos e Distribuição de Feitos, para que proceda à redistribuição do feito a uma das Turmas que integram a Primeira Seção (art. 9º, § 1º, IX, do RISTJ).

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator